

# RELATÓRIO EXTERNO 2021

# RELATÓRIO de ATIVIDADES 2021

# ÍNDICE

## Carta do Secretário da Fazenda

- I. **Superação e Inovação marcam o Tesouro em 2021**
- II. **A adesão ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF e os impactos nas finanças do Estado**
- III. **Melhorias na Situação de Caixa do Estado**
- IV. **Inovação**
- V. **Principais números do Tesouro em 2021**
- VI. **Iniciativas estratégicas 2021**
- VII. **Participação do Tesouro em fóruns, instâncias decisórias, negociações e discussões**
- VIII. **Desafios 2022: Olhar para o futuro**

CARTA DO SECRETÁRIO  
DE ESTADO DA FAZENDA  
MARCO AURELIO SANTOS CARDOSO

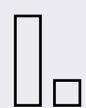
No que tange a planejamento, execução e capacidade de inovar em políticas públicas, é possível afirmar que 2021 foi referencial no Tesouro do Estado. O Relatório Externo, que tem se constituído num esforço de transparência e consolidação das ações a cada exercício, demonstra que desde a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, passando pela gestão de caixa até a retomada dos investimentos e pela consolidação de projetos inovadores, há norteadores estratégicos de gestão claros e engajamento das equipes na sua aplicação.

Para a consecução de várias ações, é possível identificar a convergência entre as rotinas usuais do Tesouro e outras que demandaram esforços globais para avanços nas contas públicas, na concretização do Regime de Recuperação Fiscal, nos projetos do Avançar e no diálogo com as secretarias, Poderes e órgãos autônomos.

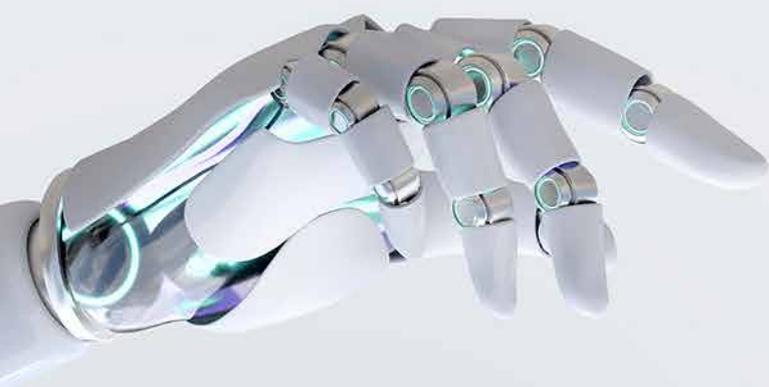
Com seus projetos inovadores, o Tesouro do Estado implantou pagamentos por meio da plataforma PIX, ampliou o acesso aos serviços do App Servidor RS, avança com o Barômetro Fiscal e na precificação eletrônica. Numa articulação inédita na subsecretaria, passou a integrar universidades e BID na execução do PROFISCO II, dispondo, do MPA em Inovação e o Novo Setor Público e trazendo a parceria com a Aliança pela Inovação através do Pacto Alegre. Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), a Universidade Federal do RS (UFRGS), a Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) também trocam conhecimentos com o setor público no desenvolvimento de soluções inovadoras.

Nesse trajeto de avanços, não restam dúvidas de que há ainda grandes desafios, como o já identificado de dispor toda a informação dos servidores em um único local, de forma centralizada, eliminação de processos de cadastramentos redundantes, além de tantos obstáculos a romper no atendimento ao cidadão e nas amarras ainda existentes em tantos processos. Mas a forma de trabalho exposta no Relatório Externo demonstra essa disposição e capacidade de se buscar novos caminhos. Revela um Tesouro com um olhar voltado para o futuro.

**Marco Aurelio Santos Cardoso**  
Secretário da Fazenda



# SUPERAÇÃO E INOVAÇÃO MARCAM O TESOURO EM 2021



Este Relatório oferece um conjunto de ações, projetos e entregas que o Tesouro do Estado realizou em 2021, um ano que nos revelou cenários de incertezas e paradoxos. Um ano ao mesmo tempo desafiador e exigente de novas formas para a elaboração de estratégias de superação.

No setor público, os desafios aprofundados pela crise sanitária - social e econômica - demandaram de modo incontornável outros manejos e soluções. Podemos dizer que ambos foram alcançados.

No que compete ao Tesouro do Estado, como guardião e gestor das finanças públicas, há um conjunto de conquistas positivas e de iniciativas promissoras que são aqui registrados para análise, memória e acúmulo necessário no percurso de desenvolvimento do nosso Rio Grande.

Para além dos números expressivos é importante destacar os conceitos e concepções que guiaram a atuação do Tesouro no caminho de uma gestão eficaz. Essas ações são traduzidas na busca da transformação da própria cultura institucional mais focada na inovação, no rigor, suporte e qualidade técnica para as medidas necessárias à negociação e adesão ao novo Regime de Recuperação Fiscal, na adoção de distintas engenharias para o ajuste fiscal e a reorganização do fluxo de caixa, assegurando pagamentos de salários e fornecedores em dia, e na participação em diversas instâncias de negociação e decisão de temas fundamentais.

Nas próximas páginas vamos detalhar essas conquistas, apresentar números importantes e compartilhar os desafios que impulsionam para os próximos passos.

Boa leitura.

**Bruno Queiroz Jatene**

Subsecretário do Tesouro do Estado



# A ADESÃO AO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL - RRF E OS IMPACTOS NAS FINANÇAS DO ESTADO



# RS E UMA NOVA GESTÃO FISCAL

O Rio Grande do Sul, desde 2017, vem envidando esforços para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal previsto na Lei Complementar nº 159/17. Após protocolo do pedido de adesão em dezembro de 2021, em janeiro de 2022 finalmente, o Estado foi considerado habilitado para o ingresso no Regime. Esse é um importante passo para a questão fiscal do RS, já que o Regime permitirá a implementação das medidas do plano de ajuste fiscal de médio e longo prazo enquanto obtém o direito de retomar gradativamente ao longo dos próximos nove anos o pagamento das obrigações com a dívida.

Para entender o impacto sobre as finanças gaúchas, temos que voltar no tempo e traçar um breve histórico. Nos cinquenta anos entre 1971 e 2020, o RS apresentou déficit orçamentário em 43 exercícios financeiros, tendo resultados positivos em somente sete. Sem entrar no mérito do papel do Estado em relação à sua participação no desenvolvimento econômico e os meios para o atingimento desse fim, não há como se discordar de que um ente subnacional que não tem outros modos de financiamento além da arrecadação de tributos e a contratação de operações de crédito, precisa ter no médio e longo prazo uma tendência a resultados orçamentários equilibrados.

Durante décadas, o Estado utilizou diversos mecanismos de financiamento do déficit, entre os quais: elevação de impostos, atrasos de pagamentos de servidores e fornecedores, operações de crédito, corrosão inflacionária, privatização de estatais, uso de recursos do caixa único e uso de saldo de depósitos judiciais.

Entretanto, em 2015 ocorreu uma tempestade perfeita: início de um dos maiores períodos recessivos do Brasil, tendo impacto devastador sobre a arrecadação, especialmente de ICMS; fontes alternativas de financiamento estavam praticamente esgotadas; e necessidade de cumprimento de acordos de reajustes de servidores.

Outros Estados da federação também passaram a apresentar sérias dificuldades com os seus compromissos financeiros, entre os quais o pagamento dos servidores e da dívida, o que levou a União a criar um programa especial para os entes com os piores indicadores fiscais: o Regime de Recuperação Fiscal. Através desse Regime, a União possibilitaria o diferimento de pagamentos das dívidas estaduais em troca de medidas efetivas de ajuste fiscal, consubstanciadas em um plano de saneamento financeiro de médio e longo prazo.

O RS iniciou imediatamente as tratativas para adesão, mas houve impasses quanto a avaliação das condições necessárias para habilitação ao Regime. Por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal, expedida em agosto de 2017, o Estado pôde suspender os pagamentos da dívida com a União, obtendo uma antecipação dos benefícios do Regime, tendo em vista a crítica situação fiscal e as tratativas já existentes para o ingresso no mesmo RRF. As negociações se estenderam em 2017 e 2018, sem a obtenção de um acordo. A partir de 2019, a STN sinalizou que a legislação do RRF deveria ser alterada, e o ano de 2020 foi de discussão legislativa. No início de 2021 houve a publicação da Lei Complementar nº 178, que trouxe alterações benéficas ao RRF além de soluções alternativas para o descumprimento da regra do teto de gastos.

Com amparo na liminar do STF, o Estado deixou de pagar mais de R\$ 14,5 bilhões para a União entre 2017 e 2021. Este valor equivale a mais de 12 folhas mensais do Executivo. Além disso, conforme a Lei Orçamentaria de 2022, o déficit seria de aproximadamente R\$ 3,2 bilhões se houvesse o pagamento integral da dívida. Dada essa situação, o Estado considera imperiosa a necessidade de um encaminhamento para resolução desse passivo e para sair da precariedade oriunda de uma decisão liminar.

As projeções feitas pelo Tesouro do Estado mostram que a entrada no Regime de Recuperação Fiscal, com os esquemas de pagamento e refinanciamento da dívida nele autorizados, permitem uma redistribuição no fluxo do serviço da dívida favorável, à medida que alivia o peso nos anos iniciais nos quais as medidas de ajustamento já implantadas, comecem a ter seus efeitos. Essas medidas de ajustamento fiscal permitirão mais adiante espaços fiscais que suportarão mais confortavelmente o serviço da dívida.

Considerando que o ajuste das contas públicas precisará ser aprofundado com as medidas implantadas no âmbito do processo de ajuste fiscal, a retomada normal do pagamento da dívida pública pelo Estado só seria possível gradativamente, no arcabouço dos refinanciamentos citados acima. Por isso que a adesão ao RRF é o caminho indicado e possível para prosseguir no equacionamento da situação fiscal e da dívida. Cabe destacar que medidas que a legislação exige para adesão do Estado já vem sendo implantadas nos últimos anos, como parte do programa de ajuste do governo: reforma previdenciária e administrativa, limitação de crescimento de despesas primárias e privatizações.

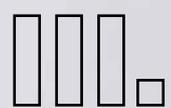
Neste início de 2022, o Estado segue na negociação de seu plano e metas para os próximos nove anos junto à Secretaria do Tesouro Nacional. Será um período em que se estenderão as medidas de saneamento das contas públicas buscando a sustentabilidade fiscal, no qual haverá o acompanhamento sistemático dos atos e resultados até 2030.

O RRF vai exigir contenção por parte do Estado, porém, também prevê que, com medidas compensatórias, a administração estadual tenha grau de liberdade para desenvolver suas políticas sem estrangulamento da máquina pública.

Teremos anos de austeridade para buscar o equilíbrio sustentado, com o objetivo de retomar a capacidade do Estado de prestar serviços de qualidade e retomar os investimentos, mas existe confiança que se segue o caminho certo.

Principais itens do RRF:

- Suspensão do pagamento da dívida com a União;
- “Escadinha” de 9 ano até volta do pagamento integral do serviço, à razão de 1/9 ano;
- Possibilidade de suspensão de outras dívidas, além daquela mantida com a União.



# MELHORIAS NA SITUAÇÃO DE CAIXA DO ESTADO



Em 2021, o resultado orçamentário propiciou fôlego para a retomada de investimentos e pagamentos em dia a servidores e credores. A melhora decorre, principalmente, do resultado de privatizações e do aumento da receita de ICMS, somados às medidas de contenção de gastos correntes e dos resultados das reformas administrativa e previdenciária. A reforma administrativa eliminou o crescimento vegetativo da folha. O Grupo Equatorial Energia foi confirmado em março como vencedor do leilão de privatização da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) do Rio Grande do Sul. A proposta foi de R\$ 100 mil e a empresa também assume pelo menos R\$ 4,4 bilhões em passivo acumulado pela companhia só em ICMS. A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T) passou a ser oficialmente administrada pela CPFL Energia em outubro. A empresa venceu o leilão de privatização ao apresentar proposta de R\$ 2,67 bilhões, com ágio de 57,13%. O valor inicial estabelecido era de R\$ 1,7 bilhão.

Em relação ao ICMS, o total arrecadado do imposto em 2021 foi 26% maior que em 2020, alcançando **R\$ 45,7 bilhões** em 2021, cerca de R\$ 9,5 bilhões acima do ano anterior em valores nominais. Outro fator a contribuir para o aumento da arrecadação do imposto ICMS em 2021 é o alto crescimento de preços de itens de consumo como reflexo da elevação do dólar aliado ao crescimento da inflação. Em termos de ramo de atividade, a performance da arrecadação foi melhor na indústria no primeiro semestre de 2021 e no atacado no segundo semestre do ano. Acrescente-se que medidas de modernização tributária (programa Receita 2030) e melhorias em processos de arrecadação em diferentes setores também promoveram o aumento da arrecadação. No que se refere às outras despesas correntes, cuja liquidação alcançou cerca de **R\$ 12,8 bilhões**, percebe-se uma elevação de cerca de 12% nos gastos em 2021, comparativamente ao ano anterior, mas compatível com as receitas arrecadadas e formação de um superávit orçamentário significativo, já mencionado.

As despesas futuramente vão seguir os ditames da Lei do Teto de Gastos, aprovada em dezembro de 2021, e que previu o crescimento anual das despesas primárias de acordo com o IPCA, base despesa empenhada no exercício de 2021. No exercício, tiveram início importantes projetos, como o Devolve ICMS, com o objetivo de devolver o imposto a famílias de baixa renda que recebam o bolsa família ou que tenham dependente cursando o ensino médio estadual, e o auxílio emergencial gaúcho, destinado a empresas e trabalhadores dos setores de eventos, alimentação e turismo, muito afetados pela pandemia.

Por outro lado, na Educação, em virtude de modificação da base legal do Fundeb, foi ampliado o cálculo da receita que pode ser aplicada em profissionais da Educação, que também tiveram seu conceito revisado, resultando na aplicação de um montante de R\$ 5,135 bilhões, além de ser concedida bolsa estudantil de permanência a alunos do ensino médio em situação de pobreza e extrema pobreza. Também em 2021, ocorreram os maiores pagamentos já realizados em ações da Saúde, com custeio de R\$ 3,7 bilhões e quitação de dívidas de R\$ 460 milhões.

Quanto à reforma previdenciária, cabe lembrar que ela teve início ao final de 2019, com a implantação de alíquotas progressivas de 7,5% a 22% para todos os servidores civis - ativos, inativos e pensionistas a partir de abril de 2020, e ampliação da base de contribuição para inativos e pensionistas civis, que passou a ser sobre a parcela que excede a um salário-mínimo. Em julho de 2021, os servidores militares passaram a contribuir da mesma forma. Anteriormente, em agosto de 2020, o Estado reestruturou seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, revisando a data da segregação de massas dos servidores civis e a criando Benefício Especial de incentivo à migração dos servidores ao Regime de Previdência Complementar. Em relação aos benefícios, foi elevada a idade mínima para aposentadoria, alterada a forma de cálculo dos proventos e de pensão por morte e seguidos os demais requisitos estabelecidos na Reforma Federal. Estas alterações incrementaram a receita e diminuíram a despesa previdenciária dos servidores públicos estaduais do RS, com redução do déficit previdenciário dos fundos financeiros (de repartição simples) desde 2020, e alcançando em 2021 um déficit de R\$ 9,5 bilhões, praticamente R\$ 1 bilhão a menos, comparativamente ao ano anterior.



# SALÁRIOS EM DIA

O Estado pagou os salários dos servidores em dia durante todo ano de 2021. Da mesma forma, depois de seis anos de atrasos e pagamentos parcelados, o 13º salário dos servidores do Executivo também foi pago em dia em 2021.

A medida fez com que o Tesouro tivesse uma economia de cerca de R\$ 140 milhões que seriam decorrentes das indenizações pelo atraso do benefício. A previsão de impacto na economia do RS foi de mais de R\$ 5,5 bilhões com os servidores podendo retomar o consumo de bens e serviços.

# FORNECEDORES EM DIA

Diversos pagamentos foram colocados em dia em 2021. Especialmente os pagamentos da Tesouraria Central que reúne a maior parte dos fornecedores da administração pública, com destaque para os serviços como limpeza, aluguéis, telefonia, água, energia, transporte escolar e merenda escolar, somando R\$ 45 milhões mensais.

Na área da saúde, foram repassados R\$ 230 milhões à Secretaria da Saúde (SES) para a quitação de débitos com fornecedores de medicamentos, sanando um problema antigo no Estado, que chegou a registrar atrasos superiores a 360 dias. A nova sistemática adotada facilita a condução operacional na medida em que os processamentos passaram a ocorrer sem a necessidade de atendimento pontual, já que o fluxo passa a ser automatizado e regular.

Também foram quitados os passivos com os municípios, com repasse de R\$ 462 milhões do Tesouro para a SES.

Destaca-se também a entrega do site Pagamentos Fornecedores RS, uma ferramenta que proporciona maior transparência e agilidade nas informações. Em 2021, os acessos mensais ficaram em torno de 1.250 consultas com estimativa de que ao longo de todo ano tenham sido cerca de 15.000 acessos.



# A VOLTA DOS INVESTIMENTOS: AVANÇAR RS

A melhoria nas condições fiscais e financeiras permitiu que o Estado voltasse a investir. O Programa Avançar possui aproximadamente 300 projetos e quase R\$ 6 bilhões em investimentos. As iniciativas visam acelerar o crescimento econômico e melhorar a qualidade da prestação de serviços à população. Os projetos são das áreas da infraestrutura, cultura, saúde, inovação e educação, segurança, obras nos Sistemas Penal e Socioeducacional entre outros.

Do montante de investimentos, R\$ 3,28 bilhões são com recursos próprios do Tesouro do Estado. O papel do Tesouro foi de produzir cenários para delimitação de limites globais sustentáveis, mas, também, participou do detalhamento de cada projeto, avaliou viabilidade de execução, organizou o processo decisório, negociou limites viáveis diretamente com os órgãos e centro do governo e organizou a execução financeira.



# ALGUNS INVESTIMENTOS DO AVANÇAR RS



## OBRAS:

**R\$ 1,29 bilhão** para pavimentação de acessos **ICONICIDADES:** Até **R\$ 4,25 milhões** para identificar e revitalizar arquiteturas simbólicas em todo Estado.



## EDUCAÇÃO:

**R\$ 1,2 bilhão** para melhorias na infraestrutura física e tecnológica, assegurar a recuperação da aprendizagem pós-pandemia, qualificar o ensino público gaúcho de forma mais inclusiva e equitativa e capacitar os profissionais envolvidos.



## TURISMO:

investimento de **R\$ 65,9 milhões** para parques urbanos



## SEGURANÇA:

**R\$ 280,3 milhões** compra de viaturas, equipamentos, tecnologia e realização de obras.



### SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO:

**R\$ 465,6 milhões** prevê uma nova Cadeia Pública de Porto Alegre (CPPA) e a construção de mais uma penitenciária em Charqueadas.



### INOVAÇÃO:

**R\$ 112,3 milhões** apoio ao setor de ciência, inovação e tecnologia, e dá continuidade e amplia o planejamento de investimentos no setor em todas as regiões gaúchas.



### SUSTENTABILIDADE:

**R\$ 193 milhões** para o setor.



### SAÚDE:

**R\$ 249,7 milhões** obras e aquisição de equipamentos para a qualificação da rede hospitalar, da assistência farmacêutica e das unidades básicas de saúde do Rio Grande do Sul.



### CULTURA:

**R\$ 76,1 milhões** obras, fomento, editais e qualificações.

IV.

# INOVAÇÃO





O Programa de Inovação do Tesouro do Estado (PIT) vem sendo desenvolvido desde 2019. O propósito é desenvolver novas ações, materializar ideias e melhorar a prestação de serviços, a partir de um processo colaborativo com parceiros externos.

O financiamento das ações será via Profisco II, Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil, linha de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamentos de projetos de melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial dos estados.



**Para 2022 o financiamento total previsto para o PIT é de R\$ 6.050.000.**

## ECOSSISTEMA

A modelagem do PIT foi desenhada para viabilizar e valorizar a colaboração entre entidades, especialmente com as universidades, startups e govtechs, otimizando o ecossistema de inovação na busca de soluções inéditas para problemas complexos.



# OS SETE EIXOS DO PIT:



Equilíbrio Financeiro



Inovação Fiscal



Governança Colaborativa



Inovação Tecnológica

INNOVAÇÃO  
TESOURO



Relação com o Cidadão



Qualidade do Gasto



Desenvolvimento Econômico e Social

# PROJETOS DA 1ª ETAPA:



# MELHORIA NA PRECIFICAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E)

Trata-se de uma parceria com a UFRGS, para o desenvolvimento e transferência de tecnologias em ciência de dados para o aprimoramento do Modelo de precificação de compras públicas estaduais com base na NF-e.

A iniciativa busca desenvolver e aplicar tecnologia para gerar, a partir da base de dados da NFe, preços de referência para bens adquiridos pela administração pública estadual, melhorando o processo de compras do Estado.

As principais etapas e entregas são:

- App de visualização: facilita a análise dos dados;
- Data cleaning: reduz a quantidade de ruídos nos dados;
- Engenharia de features: remove variáveis desnecessárias a fim de melhorar a performance dos modelos;
- Desenvolvimento de metodologia para tratar abreviações: visa aumentar a capacidade de identificação correta de transações dos produtos;
- Deep Learning: conjunto de técnicas de inteligência artificial;
- Web scraping: uso de informações da internet para aumentar a assertividade dos modelos.



## APP SERVIDOR RS FASE 2

Este aplicativo conta com mais de 1 milhão de interações. O App do Servidor RS entra em segunda fase para consolidá-lo como principal meio de relacionamento entre os servidores públicos e o Estado.

A ferramenta possibilita a multiplicação dos benefícios para servidores e pensionistas, ampliando e democratizando acessos, inovando na experiência do usuário, eliminando os deslocamentos e simplificando protocolos, bem como oferecendo um canal para o Estado divulgar prontamente informações institucionais, promover ações de comunicação em geral e realizar pesquisas de interesse público.

Em parceria com a Procergs, serão gradualmente implementadas diversas novas funcionalidades ao aplicativo existente, como a expansão da identificação biométrica ao recadastramento de inativos e a adesão ao teletrabalho.

## BARÔMETRO FISCAL

Este projeto tem o objetivo de aprimoramento da ferramenta lançada em 2020 e que já reúne fontes de dados e indicadores utilizados pelos gestores da SEFAZ para o planejamento e tomada de decisões. A qualificação deve tornar a interface mais dinâmica e amigável para a utilização de terceiros, com a inclusão de notas explicativas sobre as fontes de dados e visualizações dos significados dos indicadores.

O site já apresenta informações estatísticas atualizadas sobre a realidade econômica do RS para subsidiar o desenho e avaliação de políticas públicas e projetos de investimento, visando promover o desenvolvimento econômico e social do Estado.

# DESIGN DE NOVOS NEGÓCIOS COM BASE EM DADOS GOVERNAMENTAIS

Este projeto é desenvolvido em parceria com o Núcleo de Engenharia Organizacional da UFRGS com o propósito de realizar a prospecção dos dados disponíveis na estrutura do Estado e identificar modelos de negócio que viabilizem a entrega de novos serviços e ingresso de novas receitas públicas para os órgãos e entidades estaduais.

Pretende criar uma metodologia padrão (framework) para o desenvolvimento de negócios digitais baseados na monetização de dados para órgãos públicos.

## *MASTER OF PUBLIC ADMINISTRATION (MPA) EM INOVAÇÃO E O NOVO SETOR PÚBLICO*

O Master of Public Administration (MPA) em Inovação e o Novo Setor Público é um curso desenvolvido a partir da escuta dos gestores da Secretaria da Fazenda do Estado, além de laboratórios de conhecimento, de forma a conectar conteúdos, disciplinas e discussão em sala de aula com a prática dos servidores e a realidade do setor público.

A formação conta com 33 alunos em 360 horas de atividades. Todos os módulos têm a presença de professores estrangeiros e cada um deles terá um coordenador/ articulista de uma das instituições de ensino parceiras. A formação tem os seguintes eixos:

- A mudança do papel do Estado frente ao novo mundo e ao novo cidadão, acelerada pela pandemia do COVID19
- Aprofundamento de conteúdos clássicos de finanças públicas, gestão pública contemporânea, engenharia financeira, dívida pública, e outros temas de interesse;
- Incorporação de temas contemporâneos, como inovação, empreendedorismo, governo aberto, governo digital, transparência, governança pública, governança colaborativa, engajamento de stakeholders, políticas públicas baseadas em dados, entre outros.



# MATRIZ DE AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA (MAEP)

A Matriz de Avaliação da Estrutura Produtiva (MAEP) busca sistematizar informações locais extraídas das bases de apuração do ICMS e, em conjunto com outras fontes, produzir uma caracterização da estrutura produtiva do Estado. O projeto será executado em um ambiente de qualificação da equipe local e transferência de tecnologia que permita manter as bases de informação atualizadas visando reproduzir periodicamente aquela elaboração.

O desenvolvimento da ferramenta será feito por meio da parceria com a Fundação Coppetec da UFRJ. Busca-se identificar a importância relativa dos diferentes setores econômicos e estimar os efeitos diretos e indiretos sobre variáveis como a produção, o valor adicionado, a arrecadação fiscal e a geração de emprego.

# CENTRAL DE INFORMAÇÕES AOS SERVIDORES

A iniciativa prevê dispor toda a informação dos servidores em um único local, de forma centralizada. O intuito é o aumento da eficiência nas relações e transações entre Estado e servidores, agilidade nos procedimentos com eliminação de cadastramentos redundantes, garantia de fidedignidade das informações, além de uso de tecnologias digitais como estratégia do Estado para criar valor público.

Esse desenvolvimento, em parceria com a Universidade do Vale dos Sinos, conta com estudos de benchmarking, análises, apoio técnico e assessoramento na estruturação do projeto, na identificação das bases de dados, nas avaliações e análises de possíveis soluções tecnológicas para a implementação.

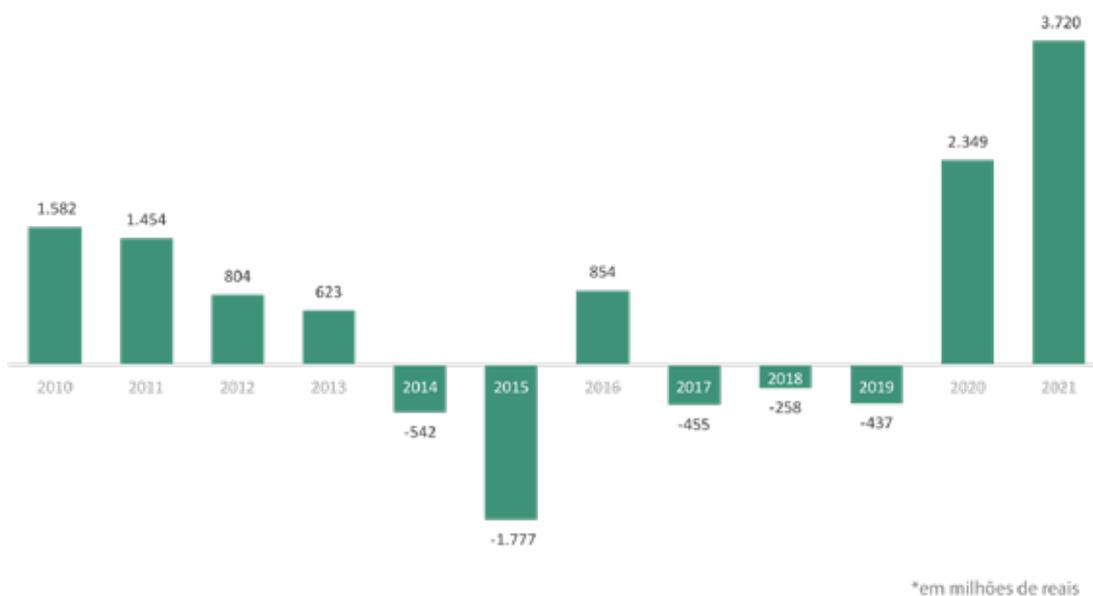
V.

# PRINCIPAIS NÚMEROS DO TESOURO EM 2021





# RESULTADO PRIMÁRIO

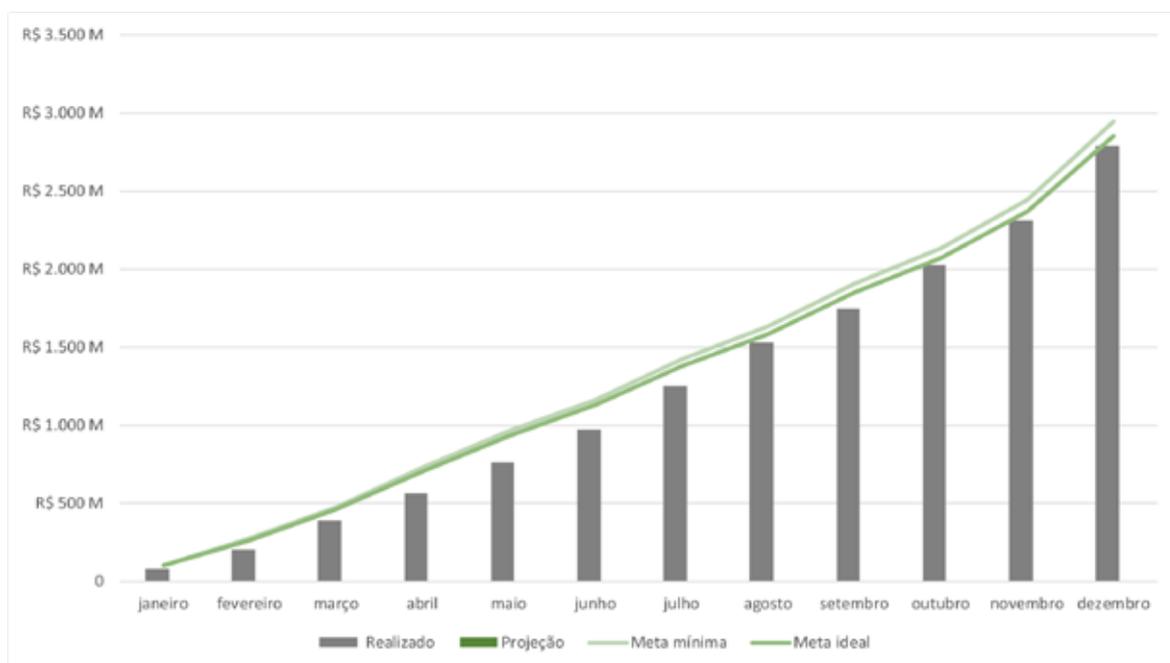


A meta de resultado primário da LDO no ano de 2021 foi fixada num superávit de R\$ 190,318 milhões. Porém, o valor realizado do resultado primário no período foi um superávit de R\$ 3,720 bilhões, ou seja, R\$ 3,529 bilhões acima do previsto no Decreto, considerando as despesas empenhadas.

Esse resultado foi possível sobretudo pelo ajuste de expectativas em relação ao cenário macroeconômico no período, bastante incerto em decorrência da pandemia, mas especialmente pela manutenção das alíquotas de ICMS, prorrogadas até o final do ano corrente. Ademais, a projeção das receitas de ICMS e outras Receitas Correntes está impactada pela regularização dos créditos tributários devidos pela CEEE-Distribuidora e pela compensação em imóveis e moeda corrente pela assunção da folha dos ex-autárquicos.



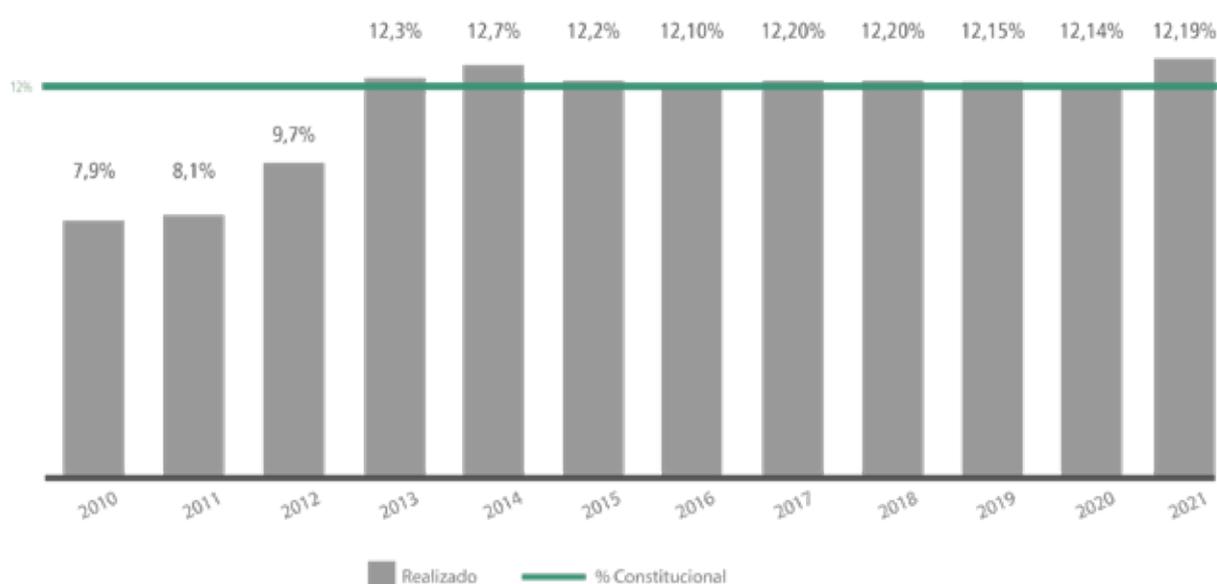
# CUSTEIO CONTINGENCIÁVEL



Os gastos de Custeio Contingenciável cresceram para R\$ 2,79 bilhões em 2021, incluindo custeio geral, políticas discricionárias e consulta popular. O principal fator de crescimento em 2021 foram as despesas correntes associadas ao Programa Avançar.



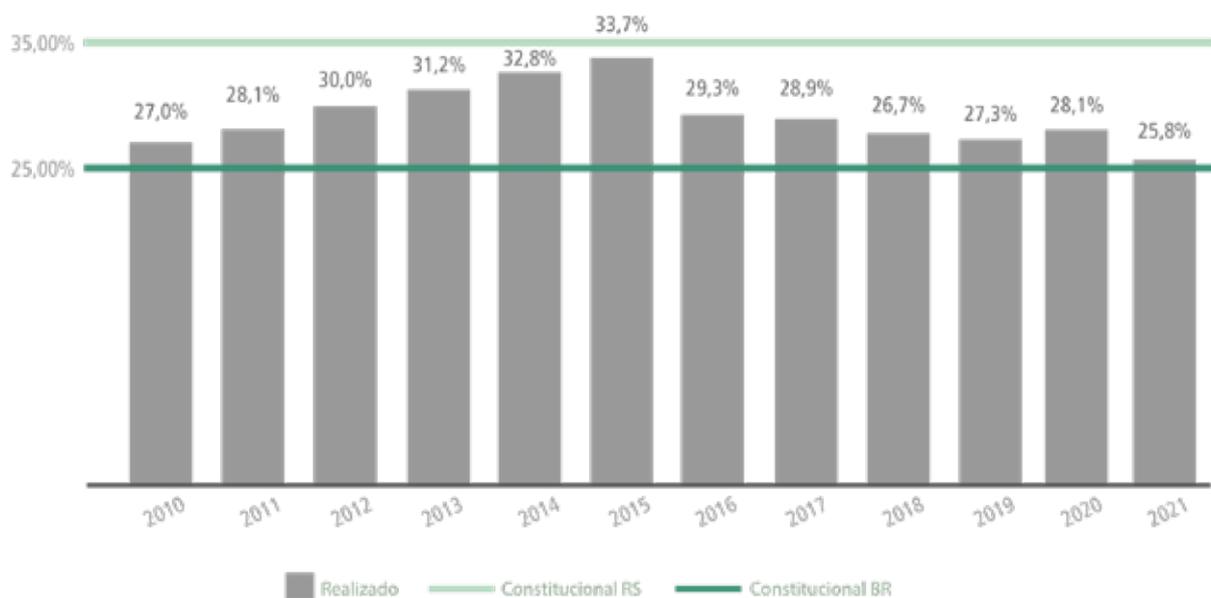
## APLICAÇÃO EM SAÚDE



A aplicação em Saúde sobre a Receita Líquida Resultante de Impostos e Transferências foi de 12,19% em 2021 e de 12,14% em 2020, acima do mínimo da Constituição Federal de 12% em ambos os anos.



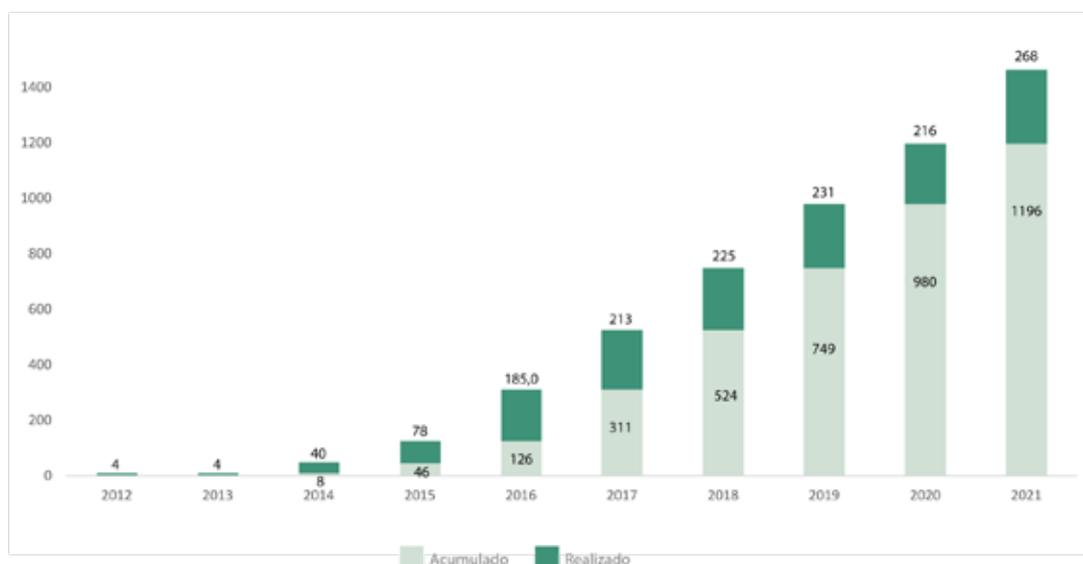
# APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO



A aplicação em Educação sobre a Receita Líquida Resultante de Impostos e Transferências foi de 25,77% em 2021 e de 28,12% em 2020, acima do mínimo da Constituição Federal de 25% e abaixo do mínimo da Constituição Estadual de 35% em ambos os anos.



# ECONOMIA GLOBAL DO PROGRAMA DE QUALIDADE DO GASTO



O Programa de Qualidade do Gasto já alcançou, desde que foi instituído em 2013, uma economia superior a **R\$ 1,46 bilhão** em áreas essenciais para a oferta de serviços públicos aos cidadãos. Apenas em 2021, o programa gerou economia de R\$ 268 milhões. O foco de atuação de suas ações é a eficiência e a economicidade no uso dos recursos.

No centro dessas ações está o projeto **Preço de Referência Nota Fiscal Eletrônica**, a principal frente do Programa de Qualidade do Gasto e um dos principais projetos do Tesouro do Estado, projeto já mencionado, objeto de um convênio entre a SEFAZ, UFRGS e FAURGS, no âmbito do PROFISCO II.



# DÍVIDA PÚBLICA

Até dezembro de 2021, **R\$ 14,5 bilhões** corresponderam ao não pagamento do serviço da dívida suspenso por força de liminar obtida no Supremo Tribunal Federal em 2017. Esse valor foi incorporado ao saldo devedor.

A composição da Dívida se constitui em 22 contratos, parcelamentos de débitos previdenciários e de outras contribuições sociais, além dos precatórios judiciais. Esses contratos estão distribuídos entre credores externos (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento) e internos (União, BNDES, CEF, entre outros). Em 1998 foram contratadas duas dívidas com o governo federal.

Hoje, os dois contratos estão unificados e essa dívida representa cerca de 86% da dívida estadual, com exceção dos precatórios.

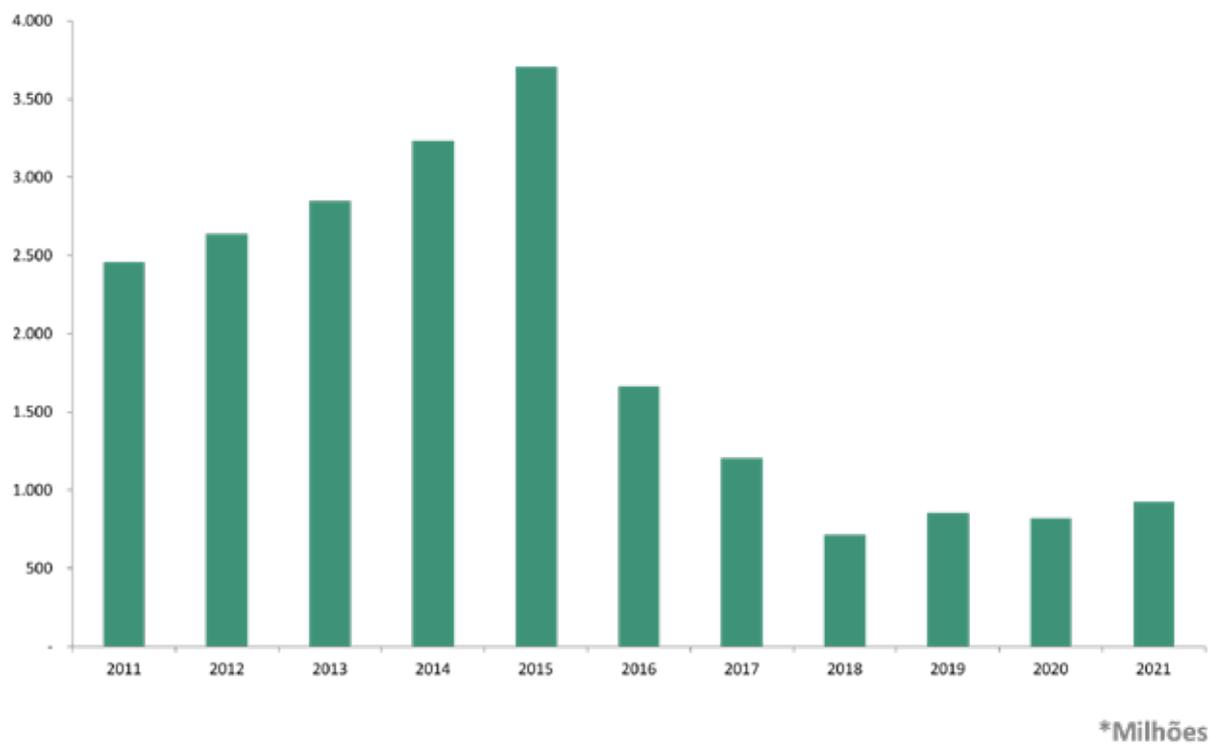


## EVOLUÇÃO ANUAL DA DÍVIDA DO ESTADO





## SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA



# DESEMBOLSO A MENOS PELO NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA



A assinatura de dois termos aditivos ao contrato de dívida com a União, aprovados pela Assembleia por meio da Lei 15.757 no início de dezembro de 2021 garantiu a regularização definitiva do Rio Grande do Sul no âmbito da Lei Complementar (LC) federal 156/2016.

Foram regulamentados os dispositivos da LC 178/2021 que alteraram a LC 156/2016 estabelecendo que os Estados que alongaram o prazo de pagamento das suas dívidas com a União por um prazo adicional de 20 anos, tal como fez o Rio Grande do Sul, ganharam novos dispositivos referentes ao compromisso assumido na época de limitar o crescimento das despesas primárias correntes à variação do IPCA durante os exercícios de 2018 e 2019.

Foram eliminados simultaneamente a cobrança de uma eventual restituição de R\$ 15,7 bilhões nos próximos 12 meses e o cancelamento do alongamento do vencimento final da dívida de 2028 para 2048.

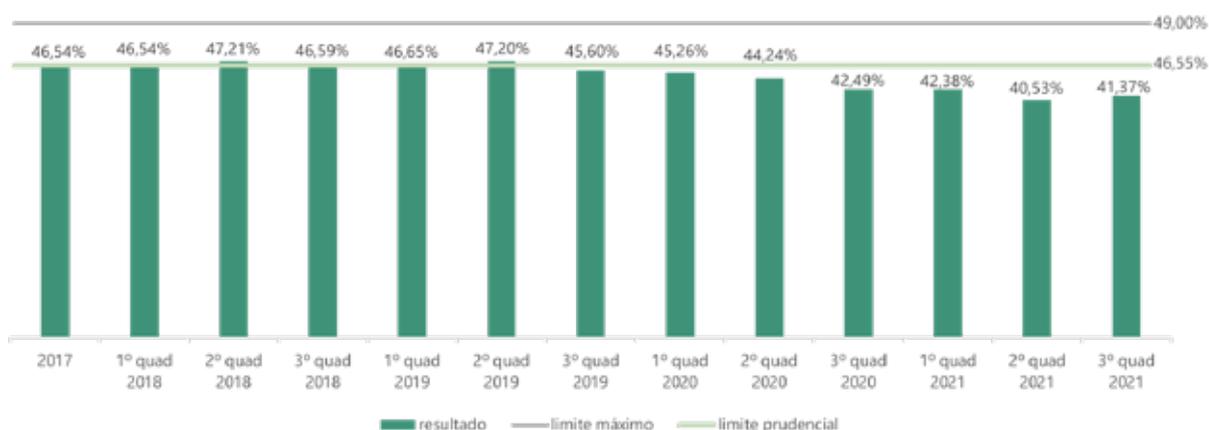


# OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Ao longo de 2021, o ingresso de receitas de operações de crédito foi de **R\$ 42 milhões**, sendo R\$ 10 milhões referentes ao PROREDES-BNDES e **R\$ 32 milhões** referentes ao PROFISCO II - Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado.



# PERCENTUAL COMPROMETIDO COM PESSOAL - CRITÉRIO TCE

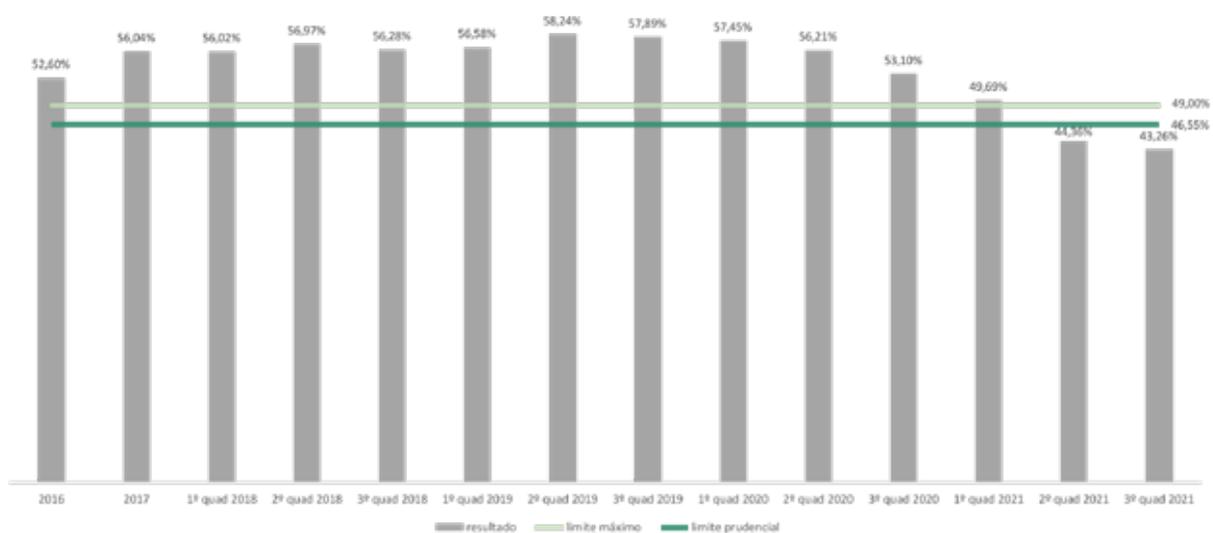


O percentual de comprometimento da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida foi de 41,37% no último quadrimestre de 2021, segundo os critérios do Tribunal de Contas do Estado.

Estes resultados são consequência das reformas realizadas nos anos anteriores, que revisaram as carreiras dos servidores e alteraram as alíquotas de contribuição previdenciária, entre outros.



# PERCENTUAL COMPROMETIDO COM PESSOAL - CRITÉRIO STN



O percentual de comprometimento da despesa com pessoal, seguindo os critérios da STN fechou no último quadrimestre de 2021 em 43,26%, ficando abaixo do limite prudencial (46,55%). Estes números refletem o resultado das diversas ações realizadas pelo Estado.



# PRECATÓRIOS, REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPVS) E ACORDOS JUDICIAIS

O Tesouro do Estado é responsável por processar e ordenar Precatórios, RPVs e Acordos Judiciais, portanto, este é um relatório gerencial que não inclui as etapas de pagamentos que competem ao Tribunal de Justiça, no caso dos Precatórios e no caso das RPVs e Acordos Judiciais. Assim, os resultados aqui demonstrados não estão rigorosamente iguais aos resultados contábeis, embora bastante aproximados.



Em 2021, houve um acréscimo de R\$ 182 milhões em depósitos para pagamentos de precatórios, o que representa um crescimento de 76% nas despesas judiciais em relação ao ano anterior. Já em relação a 2019, houve uma redução de quase R\$ 707 milhões nos valores pagos em função da redução drástica dos pagamentos via compensação com os créditos inscritos em dívida ativa. A redução dos pagamentos por ordem cronológica em 2020, estão relacionadas a dificuldades operacionais do Tribunal de Justiça no início da pandemia e de problemas com a infra estrutura de Tecnologia da Informação.

## DEPÓSITOS PARA PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS (1,5% DA RCL) – 2015-2021

R\$ mil

ANO	DEPÓSITOS
2015	437.481
2016	523.400
2017	523.742
2018	538.864
2019	571.249
2020	595.959
2021	697.766

Fonte: Sistema FPE



# PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS, CONFORME MODALIDADE – 2019-2021

R\$ mil

MODALIDADE	2019	2020	2021
Ordem Cronológica e de Preferências	302.961	270.970	402.248
Acordos via Câmara de Conciliação	312.385	128.722	202.771
Compensação	937.427	207.502	185.099
Total	1.552.773	607.194	790.117

Com relação as RPVs, foram implementadas diversas ações para minimizar os sequestros judiciais, que mantiveram a trajetória de queda dos últimos anos, reduzindo 23% em relação a 2020 e 75% com relação a 2019. Contribuíram para esse objetivo a identificação das situações que estavam gerando sequestros e com isso viabilizando os pagamentos normais. Neste sentido a identificação automática da origem dos sequestros através do código CNJ do respectivo processo, além da inserção da trava limite nos valores de RPVs de 40 ou 10 salários mínimos de acordo com a data do transitado e julgado, também constitui-se em iniciativa relevante.



# DISPÊNDIO COM RPVS – ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL – 2017-2021

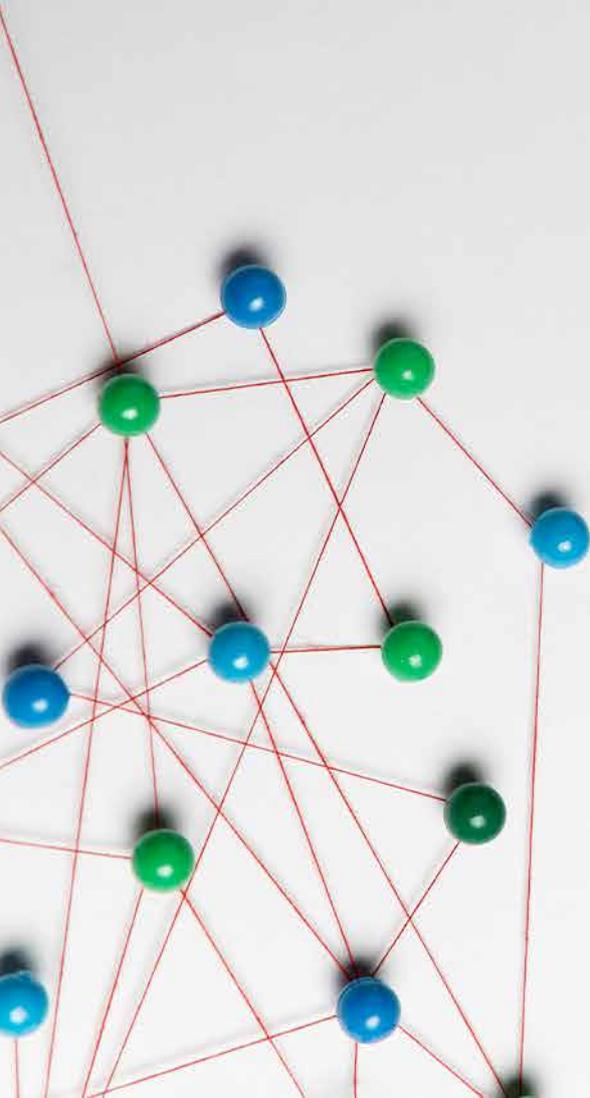
R\$ mil

	PAGAMENTO TESOURO	SEQUESTRO JUDICIAL	TOTAL	SEQUESTRO/ TOTAL
2017	167.378	350.147	517.525	67,7%
2018	308.210	257.583	565.793	45,5%
2019	305.331	56.422	361.753	15,6%
2020	251.803	18.621	270.424	6,9%
2021	164.646	14.433	179.079	8,1%

Fonte: Sistema FPE

VI.

INICIATIVAS  
ESTRATÉGICAS  
2021





# LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) 2022

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) teve unanimidade de votos na Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa. A proposta também resultou de encontros e acordo com demais Poderes e órgãos autônomos quanto às diretrizes para os duodécimos em 2022.

O projeto que define as prioridades para aplicação dos recursos públicos e a estrutura do orçamento de acordo com as projeções de receitas e despesas, prevê um déficit de R\$ 4,2 bilhões, com uma receita estimada em R\$ 48,018 bilhões e despesa de R\$ 52,215 bilhões.

Elaborada pela primeira vez com a liderança do Tesouro do Estado, a LDO 2022 reflete a situação fiscal do Estado somada ao persistente cenário de incertezas e riscos fiscais relacionados ao pagamento da dívida, ao desembolso para quitação de precatórios e a mudanças no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).



# LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) 2022

O Tesouro do Estado participou da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2022, tarefa coordenada pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - SPGG, na produção de cenários, definição de limites, análises de pleitos e negociações com os órgãos.

A peça entregue e aprovada pelo Legislativo gaúcho no final de 2021, previu melhores perspectivas para a gestão pública e o fim das alíquotas majoradas de ICMS. O projeto apontou resultado primário equilibrado e retomada de investimentos em valores 74% maiores do que previsto para 2021. Evidencia-se porém, a necessidade de persistência no ajuste fiscal já que a projeção de déficit orçamentário é de R\$3,2 bilhões.

A LOA 2022 traz um resultado primário que considera as receitas das desestatizações e modernização do ICMS, projeta a queda das alíquotas do ICMS, empenho da dívida com a União, concursos programados da Educação e a ampliação dos investimentos públicos.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende as receitas e despesas da administração direta e indireta do Estado do Rio Grande do Sul, seus fundos, órgãos, inclusive suas fundações e autarquias. Ela é elaborada pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão a partir de reuniões técnicas e o orçamento deve ser compatível com o Plano Plurianual (PPA) e em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).



# CONSULTA POPULAR

O Tesouro do Estado colocou em dia o pagamento dos fornecedores ainda no início do ano. Ao sanar essas dívidas, foram pagos também os Convênios e Consulta Popular que eram pagos somente por demanda.

No ano de 2021, foram pagos a Consulta Popular R\$ 11.118.034,39 destinados a projetos dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs.

Entre as demandas apontadas na Consulta Popular estão infra-estrutura rural, pavimentação, reaparelhamento Sistema Prisional, atendimento à mulher entre outros.

# ACORDOS JUDICIAIS

O ano de 2021 também foi marcado pelo Primeiro Acordo Judicial nos novos moldes projetados pelo Tesouro do Estado e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), em uma modelagem mais rápida e eficaz.

Foram pagos por meio de acordos judiciais R\$ 978.394,51

A administração estadual tem adotado a política de buscar acordos judiciais em ações coletivas, que envolvem grande número de demandas, tais como as relativas à correção do vale-refeição, à devolução de descontos da previdência suplementar e da contribuição ao IPERGS aplicado sobre a gratificação de 1/3 das férias para os servidores do magistério. Nesses acordos, os pagamentos são efetivados mediante crédito na folha de pagamento ou na Conta Corrente do beneficiário, para agilização do processo. Com o afastamento da emissão da RPV, evita-se custos judiciais, custos com honorários de liquidação e de mora, conforme negociações caso a caso.

De outra forma, também se elimina a possibilidade de novos recursos judiciais, além dos custos transacionais relativos à emissão, processamento e pagamento de documentos.



# FOLHA DE EX-AUTÁRQUICOS DA CEEE E INCORPORAÇÃO FOLHA CESA

Como parte do processo de desestatização da CEEE, o Estado ficou responsável por operacionalizar a folha de pagamentos dos ex-autarquicos desde maio de 2021, há um trabalho intenso, com participação de diversos órgãos, em especial o Tesouro do Estado, a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e a Procuradoria Geral do Estado buscando finalizar a ação. Foram feitas as definições técnicas que viabilizam a operacionalização do trabalho de maneira segura, bem como a elaboração de instrução normativa regulamentando as omissões.

No que tange o projeto de incorporação da folha da empresa CESA, a primeira etapa foi o cadastramento dos dados pessoais dos servidores seguida pela inclusão de ingressos individuais e datas de aposentadoria. Essa etapa foi realizada pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Em seguida foram cadastrados planos de cargos, tabelas de vencimentos, entidades consignatárias, pensões alimentícias, dependentes e atributos. Por fim há a parametrização das rubricas novas rubricas de folha, folhas teste e implantação definitiva.



# PIX

O Tesouro do Estado foi um dos primeiros no País a implantar os pagamentos por meio da plataforma PIX. Entre os benefícios do uso da tecnologia estão o acesso aos serviços públicos pelos cidadãos de forma mais ampla e democrática. Além disso, o meio de pagamento eletrônico permite que o Estado faça pagamentos de modo mais ágil e seguro para os credores.

Para viabilizar a implantação, foram mobilizadas várias áreas do Tesouro do Estado, além do Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), Procergs, Banrisul e CAGE, para discutir alternativas e necessidades de adequação dos módulos do FPE envolvidos, o Cadastro de Credores e a Execução Financeira.

## CARTA DE SERVIÇOS DO TESOURO

No ano em que o Rio Grande do Sul foi reconhecido como o primeiro colocado no ranking de governo digital entre os Estados e Distrito Federal, A Carta de Serviços do Tesouro se consolida abrangendo 33 responsabilidades. Em 2021, o Tesouro criou um plano de digitalização em cinco fases, alcançando outros 11 serviços não digitais.

21 serviços estão disponíveis no Portal RS.GOV.BR. Desses, se destacam o Atendimento Referente à Folha de Pagamento para Servidores, com aproximadamente 10 mil acessos todo mês, o Atendimento de Demandas Administrativas ou Judiciais, referente à folha de pagamento, com quase 2 mil acessos ao mês, além das consultas ao Pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs).

VII.

TESOURO  
E FÓRUNS,  
INSTÂNCIAS  
DECISÓRIAS,  
NEGOCIAÇÕES  
E DISCUSSÕES





# LEGISLATIVO ESTADUAL E ÂMBITO FEDERAL

Em 2021, o Tesouro do Estado participou ativamente de esclarecimentos de assuntos relativos às finanças e ao orçamento do Rio Grande do Sul, contribuindo para a discussão de projetos e a tomada de decisões no parlamento gaúcho. Vários temas foram objeto de audiências públicas e contaram com as informações e contribuições técnicas do Tesouro, a Dívida Pública Estadual e a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), a estrutura das finanças públicas do Estado, gargalos e potencialidades, situação fiscal e resultados de reformas promovidas pelo governo gaúcho para reduzir os problemas financeiros, resultados e metas fiscais, entre outros.

No âmbito federal, o Tesouro gaúcho também desempenhou em 2021 papel de destaque na elaboração de propostas e esclarecimentos de demandas com impacto nas finanças do Estado. No Congresso Nacional, o Tesouro do Estado esteve presente em audiências públicas sobre o Fundeb e piso salarial nacional do magistério. O Tesouro gaúcho também participou de Grupos de Trabalho com os demais Estados sobre as transferências constitucionais e legais da União (FUNDEB, FPE, IPI-EXPORT, Royalties, etc.). Auxiliou na elaboração de propostas de ajustes nas execuções orçamentárias e financeiras dos órgãos e participou ativamente e participou ativamente, na Secretaria do Tesouro Nacional – STN, das audiências para tratar do aumento de prazo para pagamento de precatórios.

O Tesouro também tem lugar de liderança em grupos de trabalho do GEFIN, com propostas de modificações legais, acompanhamento e assessoramento ao Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal – CONSEFAZ, nas matérias acompanhadas no GEFIN. O assessoramento é direto aos Secretários, em contatos com a STN, FNDE, Congresso, etc. Em 2021, foram discutidos temas como piso nacional do magistério, Fundeb e em grupo de trabalho sobre Sustentabilidade Fiscal, as contas públicas gerais, inclusive Regime de Recuperação Fiscal - RRF, Capacidade de Pagamento - CAPAG e Programa de Assistência Farmacêutica - PAF.

VIII.

DESAFIOS 2022

OLHAR PARA  
O FUTURO



# TESOURO E OS PRÓXIMOS PASSOS

O exercício de olhar para o caminho percorrido, além de avaliar o realizado, tem o sentido de posicionar e permitir olhar para o futuro. Assim, podemos começar de onde estamos, usar o que temos e fazer o que pode (e o que podemos imaginar) ser feito. Se funciona assim na existência dos indivíduos, na vida institucional essa sistematização adquire ainda maior relevância, especialmente no setor público, porque assume um caráter de prestação de contas, promoção da transparência e contratação de compromissos.

Portanto, este relatório que nos ajuda a compreender e identificar o universo de ações, projetos, entregas e números alcançados, também tem a função de nos impulsionar nos próximos passos.

Ficou claro que tomamos o caminho da inovação, do planejamento estratégico e da permanente atualização de sistemas e processos. E é com essa lógica que podemos apontar o que vem pela frente. Muito já em andamento e outro tanto como meta de avanço ainda a desenvolver.

Fazer esse inventário e esse plano de futuro demanda selecionar destaques. Podemos projetar nas nossas prioridades futuras os Projetos do PROFISCO II para 2022.

Será necessário adaptar a gestão da dívida pública do Estado aos novos parâmetros derivados da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) que já produziu benefícios para as finanças públicas do nosso Estado.

2022 poderá marcar um importante nova operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Pró-Sustentabilidade RS. Essa operação, inovadora no âmbito subnacional, deverá aportar valores fundamentais para a quitação de precatórios, um tema relevante do ponto de vista das finanças e social.

O App Servidor RS que já entrou numa segunda fase vai ampliar suas funcionalidades, superando a etapa de estabilização e adentrando na evolução da infraestrutura tecnológica do sistema, novo design e ferramentas tecnológicas ainda mais inovadoras.

O Tesouro segue, com o olhar aberto, as ideias amplas e o empenho renovado para os próximos passos.

# EXPEDIENTE

SECRETÁRIO DA FAZENDA:  
**Marco Aurelio Santos Cardoso**

SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA:  
**Jorge Luis Tonetto**

SUBSECRETÁRIO DO TESOURO DO ESTADO:  
**Bruno Queiroz Jatene**

SUBSECRETÁRIOS ADJUNTOS DO TESOURO DO ESTADO:  
Área Institucional: **Eduardo Rosemberg Lacher**  
Área Financeira: **Elói Astir Stertz**  
Área Orçamentária: **Guilherme Correa Petry**

CHEFES DE DIVISÃO:

Divisão da Dívida Pública (DDIP)  
**Felipe Rodrigues da Silva**

Divisão de Estudos Econômicos e Fiscais e Qualidade do Gasto (DEQG)  
**Marcos Antonio Bosio**

Divisão de Planejamento Financeiro e do Sistema Integrado e Adm. do Caixa (DPLAN)  
**Jaco Braatz**

Divisão de Programação e Execução Orçamentária (DPO)  
**Isabel Jorge**

Divisão de Programação e Execução Financeira (DPROF)  
**Luiz Gustavo Antonacci**

Divisão de Gestão da Folha (DGF)  
**Juliana Debaquer**

Divisão de Tecnologia e Informação (DTI)  
**Rafael Bystronski Di Bernardi**

Comitê de Programação Orçamentária e Financeira (CPROF)  
**Eugênio Carlos dos Santos Ribeiro**

Grupo de Assessoramento Especial (GAE)  
**Sônia Tizoni**

Seção de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (SEPRE)  
**Humberto Carlos Lastorina**

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA (AGETE)  
**José Eduardo Brasil**

ASSESSORIA DE ORIENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO (ASSON)  
**Roberto Luiz da Luz Bertoncini**

CHEFE DE GABINETE:  
**Roberto Bosque Royes**



# EQUIPE EDITORIAL

**JORNALISTAS:**

Sandra Bitencourt Genro

Tatiane de Sousa

**DESIGNER:**

Andrea Pereira

**ESTAGIÁRIA:**

Alice do Nascimento

# RELATÓRIO EXTERNO 2021